



ABORDAGEM COMPARATIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL BRASILEIRO E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL CUBANO: UMA INTRODUÇÃO

Dr. Nelson A. Garcia Santos. Universidade Regional de Blumenau – FURB

Resumo:

No intuito de contribuir com a reflexão sobre o Desenvolvimento Regional em perspectiva: desafios teóricos e metodológicos, apresentamos este trabalho, no qual utiliza-se do método comparativo visando a compreensão de aspectos importantes do desenvolvimento local/regional, ainda que de forma introdutória. A partir da sua leitura, possível conhecer resultados da comparação de aspectos históricos, teóricos e práticos do desenvolvimento local brasileiro e cubano. Entretanto, antes de adentrar nos aspectos comparáveis, tecemos considerações sobre o método comparativo: o que é, o que pode ou não ser comparado e como utilizar o método no desenvolvimento local/regional, assim como, considerações sobre o desenvolvimento local: sua origem e difusão na América Latina. Dados históricos e teóricos sobre o desenvolvimento local; informações sobre como as Constituições do Brasil e de Cuba abordam o desenvolvimento nacional, regional e local serão possíveis observar no trabalho. Estão apresentados, também, os objetivos a que se propõem as práticas de desenvolvimento local em ambos os países. No final do trabalho, é possível identificar, através de quadro, o que se tem de comum e de específico em cada realidade em seus aspectos teóricos, históricos, objetivos, atores e instituições, possibilitando, assim, alcançar uma compreensão que talvez outros métodos não permitam alcançar.

Palavras-chave: Método comparativo. Desenvolvimento Local. Território. Tecnologia Social. Fórum de Ciencia y Técnica.



Introdução

Surgido na década de 1970, na Europa, o Desenvolvimento Local (DL) vem sendo efetivado em diversos países, de maneiras diferentes. A partir dessa premissa, o presente artigo busca apresentar, de forma introdutória, os elementos constitutivos do DL brasileiro e do DL cubano, identificando aspectos comuns e específicos de cada contexto. Para tal, o método comparativo auxiliou na compreensão de suas propostas e práticas.

Este trabalho está estruturado na seguinte sequência:

Além dessa introdução, serão apresentadas considerações sobre o método comparativo, explicitando o que é e o que pode ser comparado, bem como suas possíveis contribuições na busca pela compreensão das articulações em diferentes espaços locais e regionais.

Em seguida, o DL será abordado em seus aspectos histórico e conceitual, além de ser pensado como possibilidade de alternativa na busca por melhor qualidade de vida.

Serão também apresentadas considerações sobre o DL brasileiro no que diz respeito a seus atores, instituições, definições e historicidade. Destaca-se a aproximação entre tecnologia social e economia solidária com o DL como estratégia de resistência local à reprodução da lógica neoliberal capitalista. Neste item, alguns artigos da Constituição de 1988 serão mencionados para evidenciar que os desenvolvimentos nacional e regional estão contemplados, mas que não há menção sobre o DL, o que nos permite concluir que, no Brasil, o DL não é uma política de Estado.

No tópico seguinte, serão abordados aspectos do DL em Cuba tais como sua história, definições e práticas, de forma a permitir conhecê-lo enquanto uma proposta que se origina no capitalismo, mas que pode contribuir para o avanço do socialismo. Serão destacados também os atores e as instituições que constroem o DL cubano, bem como artigos da Constituição de 2019 sobre o DL, que o tornou uma política de Estado, dando ênfase especial ao Fórum de Ciência e Técnica por ser uma especificidade significativa do DL cubano.

Finalmente, apresentamos dois aspectos comuns do DL no Brasil e em Cuba: o conceito de território e a dificuldade para sua realização tendo em vista os empecilhos no fortalecimento dos governos locais, seguidos das conclusões sem, no entanto, possuir um caráter terminativo.

Desenvolvimento local



O Desenvolvimento Local (DL) é um conceito polissêmico e se efetiva de muitas maneiras no exercício da vida real. Historicamente, ele surgiu nos anos de 1970, na Europa, devido à crise decorrente dos efeitos da globalização. Desde sua formação, as experiências visavam, preferencialmente, alcançar os objetivos de produtividade e competitividade nos mercados domésticos e externos, bem como, melhorar, fortificar e solidificar a competitividade entre cidades (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2000). Neste sentido, o DL buscou dar respostas adaptativas aos desafios da globalização e difundiu o jargão “pensar global, agir local”, que ficou bastante conhecido e ainda é muito usado, embora bastante desgastado.

Ele trouxe à tona termos como ‘capacidade empreendedora local’, ‘atores locais’, ‘recursos endógenos’, ‘capital social local’, ‘organização social local’, ‘sistemas/arranjos produtivos locais’. Fazem parte do processo de construção do DL empreendedores empresariais, associações de diversas matizes, cooperativas, governos municipais, estaduais e federais com seus diversos órgãos públicos, sindicatos e vários outros atores, priorizando alguns componentes, tais como: inclusão social; fortalecimento da economia local; aumento da renda individual e coletiva; inovação na gestão pública; proteção ambiental, uso racional dos recursos naturais entre outros.

Para alguns pensadores, o DL vem se tornando uma moda e até uma obsessão pelos encantados com o capital social, cujo resultado foi a sua conversão em uma panaceia que busca a inserção da periferia na economia globalizada (THEIS, 2014). Na periferia latino-americana, o DL chegou com o discurso de minimizar o desemprego, o arrocho salarial, a desindustrialização nacional, a precarização das condições de trabalho e outros efeitos da globalização.

De acordo com Benalcázar (2015), fundamentado em Arocena (2002), na América Latina é possível identificar três abordagens em defesa do DL, quais sejam: 1) a que defende o DL como o aglutinador dos atores locais para aproveitar e potencializar os recursos existentes em um território com eficiência e eficácia, visando competitividade nos mercados; 2) a abordagem que parte do princípio da municipalização do DL, que se afirma nos governos locais como determinantes dos processos de desenvolvimento e articuladores de dinâmicas participativas e, finalmente, 3) a abordagem que pensa a perspectiva local-global, ou sinérgica, como um processo de construção teórico/político que se sustenta na correlação de várias dimensões (econômica, social, política, ambiental e cultural), buscando transformações através de articulações entre as políticas nacionais com as locais.



Há também, na América Latina, teóricos defendendo que “o enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tônica do desenvolvimento local. Cada vez mais, seus pressupostos humanistas têm servido a projetos que objetivam erradicar a miséria” (MARTINS, 2002, p. 53), bem como, ser uma alternativa ao desenvolvimento que se pauta na industrialização a qualquer custo, no alto consumo e no alto impacto ambiental, tornando-se, assim, a busca de um estilo de vida alternativo, dentro da organização capitalista de produção. Ele pode ser pensado, também, pela perspectiva da descentralização do poder de decisão para governos subnacionais (estados e municípios), possibilitando-lhes maior autonomia no que diz respeito a escolher sobre estrutura tributária, financeira e aspectos administrativos.

Propostas de DL, oriundas de setores das universidades brasileiras, latino-americanas e caribenhas começaram a construir representações e ações que buscavam romper com a tradicional ideia de desenvolvimento, qual seja: a de que todos os países devem percorrer o caminho já percorrido pelos países centrais, a partir de determinadas “leis naturais”. Nesta perspectiva, todos deveriam entrar no mesmo “trem” que segue o “trilho evolutivo,” cuja estação final seria a sociedade industrializada, tecnológica, urbana e consumidora de produtos das multinacionais imperialistas. Para romper com esta visão imposta pelos países imperialistas, foram realizadas experiências que objetivaram efetivar novas formas de relações sociais de produção fundamentadas no cooperativismo, na economia solidária e na tecnologia social em âmbito local.

Assim, as reflexões e as práticas do DL vêm se fortificando neste século XXI e chegou a ser uma alternativa aplicada desde os países ricos até os pobres, tanto capitalista como socialista, mais especificamente como no caso de Cuba. Abordar sobre o DL brasileiro e o DL cubano é o que pretendemos fazer nas páginas seguintes.

O Desenvolvimento local no Brasil

No Brasil, o DL tem se efetivado através de parcerias, consórcios, arranjos produtivos locais e outros conjuntos intraorganizacionais, nos âmbitos de comunidades, bairros, cidades e regiões, visando a criação de emprego e renda e a resolução de problemas básicos da população, assim como reprodutor da abordagem capitalista em que termos como capital social, Arranjos Produtivos Locais, *Clusters* industriais estão presentes e efetivam a lógica das relações capitalistas de produção.

Participam do processo vários atores e instituições: organizações políticas locais, igrejas, empresas públicas e privadas, cooperativas, sindicatos, associação de moradores,



movimentos sociais (quilombolas, agricultura familiar, ambientais e ecológicos), Associação Comercial e Industrial, pequenas e médias empresas, organizações não governamentais, colegiados de prefeitos, visando a realização de um processo que pressupõe uma mudança da realidade local, promovendo o desenvolvimento endógeno “de um determinado espaço geográfico pequeno, territorialmente definido e que representa uma identidade cultural comum, através do qual ocorrem os processos de organização, participação e relações sociais” (BÜTTENBENDER, 2017, p.113).

De acordo com Martins; Caldas; Vaz (2010), é possível identificar três momentos da história do DL brasileiro: o primeiro aconteceu a partir dos anos de 1970 e foi por eles denominado de “antecedentes” do DL. Para eles, o DL, na luta pela democracia, demonstrou “que as instâncias subnacionais possuíam capacidade para promover o desenvolvimento em moldes alternativos aos grandes projetos desenvolvimentistas que caracterizaram o modelo centralizador e subordinador implantado durante o regime militar” (MARTINS; CALDAS; VAZ, 2010, p. 565).

Assim, vários municípios buscaram tentativas locais de desenvolvimento e várias cidades instituíram o Banco do Povo, fomentaram cooperativas, instituíram cursos de formação e qualificação profissional e implantaram o comércio justo e solidário (MARTINS; CALDAS, 2009).

O Segundo período (1989), chamado de “grande encruzilhada”, durou até o ano de 1992. Ele se caracterizou pela ampliação das fontes de financiamento por parte dos municípios e pela ampliação nas atribuições e autonomia, que passaram a ter a responsabilidade de solucionar várias demandas no âmbito da infraestrutura urbana, serviços públicos e políticas sociais. O Orçamento Participativo, adotado em algumas cidades, também foram experiências que buscaram efetivar a participação da população através de um projeto de DL com a dimensão territorial, fundamentado na participação democrática e na distribuição de renda (MARTINS; CALDAS; VAZ; 2010).

A terceira fase (1993), identificada como “o despertar tardio”, ficou caracterizada pela centralidade em um estilo de governo local voltado para a gestão das crises sociais e para a execução de políticas públicas e de infraestrutura urbana. Fazem parte deste momento a implantação da isenção fiscal e a intensificação das guerras fiscais entre municípios.

Outras experiências do DL no Brasil, efetivadas ainda no século XX, podem ser encontradas, por exemplo, na análise comparada feita por Martins; Caldas (2009), dentre as quais destacam-se: a constituição do polo moveleiro de Votuporanga (SP), a construção do setor moveleiro na região das serras gaúchas (RS), incubadora tecnológica do setor coureiro-



calçadista do Vale dos Sinos (RS), produção de mel e seus derivados realizadas por comunidades de Simplício Mendes (PI), criação dos mini distritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto (SP) e a criação do Banco de Palmas (CE).

Oliveira; Sambuichi; Silva (2013), por sua vez, nos mostram algumas experiências de DL na área rural através da agroecologia, assim como as suas principais convergências, principalmente a familiar. Dentre essas convergências está a cooperação, a participação comunitária, a difusão coletiva, a ampliação das capacidades dos envolvidos, as competências e habilidades dos agentes locais,

A partir do século XXI, é possível identificar algumas aproximações entre Tecnologia Social (TS) e Economia Solidária (ES), chamada por Renato Dagnino (2014) de “ponte”, cujos princípios são adotados em práticas do DI brasileiro, visando a inclusão social, a solidariedade e a ativa participação dos produtores/usuários na construção de conhecimentos e de artefatos junto ao DL. Pensadas preferencialmente para setores menos favorecidos, a TS e a ES requerem a participação, o empoderamento e a autogestão dos que dela participam. Ambas visam a solução de problemas comunitários básicos a partir da criatividade dos envolvidos diretamente nos problemas e indicam que as tecnologias adotadas devem ser de baixo impacto ambiental, criativas e baratas.

Além disso, tanto a TS como a ES, criticam a neutralidade da ciência e da tecnologia, propondo o avanço da democracia no conhecimento e nas relações sociais através da autogestão. A TS aliada à ES, possibilitam a construção de “arranjos sociotécnicos capazes de alimentar e ser alimentados pela utopia de ‘outra sociedade possível para além do capital’” (LIMA; DAGNINO, 2013, p.12). Uma sociedade em que as tecnologias e os conhecimentos necessários estejam à disposição de todos que desejam realizar o planejamento e o desenvolvimento local/regional/global. Experiências mais recentes, que efetivam TS e ES que contribuem com o desenvolvimento local, podem ser encontradas no sítio eletrônico da Fundação Banco do Brasil no Link tecnologia social.

Pelas várias práticas que caracterizam o DL, é possível identificar, no mínimo, duas possibilidades: as que reproduzem a lógica capitalista vigente em âmbito local e as que servem de experiência no local de resistência ou de ação contra-hegemônica. As do primeiro grupo continuam reproduzindo, ainda que em menor proporção, as desigualdades de recursos e poder, de formas de sociabilidade empobrecidas decorrentes da concorrência, através da exploração crescente dos recursos naturais. Institucionalmente, estas experiências foram respaldadas no chamado desenvolvimento regional, que passou a ser debatido com maior



intensidade a partir do governo Lula que, em 2003, criou a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída em 2007 através do Decreto 6047.

As do segundo grupo, por sua vez, onde o local é percebido como território voltado para a experiência de resistência ao capitalismo hegemônico, as ações caracterizam-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza (MARTINS; CALDAS, 2009) e que se identificam com os princípios e ações da ES. Nestas, uma grande e constante ameaça, para o processo é a cooptação para que se opere na lógica do mercado. É também no interior destas práticas que se encontram experiências voltadas para a agroecologia e para a minimização de impactos ambientais.

Um elemento importante que serve de comparação é a Constituição dos países pois, ela demonstra aspectos importantes para a realização do DL que é a descentralização e autonomia dos municípios. No caso brasileiro, a descentralização fica evidenciada, pela Constituição de 1988, em seu artigo 18 onde diz que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos” (BRASIL, 2016). Entretanto, sobre o DL a Constituição não aborda nada, mas, faz considerações sobre o desenvolvimento nacional e regional. Em seu Artigo 3º, por exemplo, está dito que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Ibidem).

No Artigo 21, que trata sobre a competência da união, está dito, em seu inciso IX, que compete a união “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” e, no inciso XX, por sua vez, diz que compete a união “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (BRASIL, 2016). Já no Artigo 30, está dito que, entre outras competências, compete ao município “legislar sobre assuntos de interesse local” e o Artigo 34, em seu parágrafo 11, cria o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Artigo 174, parágrafo primeiro, diz: “(...) a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento” (BRASIL, 2016). No Artigo 180, tem-se que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” e, no seu Artigo 182, aparece uma aproximação com o DL ao dizer que: “A política de desenvolvimento urbano, executada



pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2016).

Feita essas considerações sobre o DL brasileiro, passamos a tecer considerações sobre o DL cubano.

Desenvolvimento local em Cuba

Em Cuba, o DL emergiu no início da década de 1990, visando solucionar problemas dos municípios vividos durante o “período especial em tempos de paz” diante da situação de dois bloqueios, como dizia Fidel Castro (1991): “este país está bajo un doble bloqueo en este momento: uno voluntario y otro involuntario. Esa es la realidad y esos son los problemas que tenemos que enfrentar” (CASTRO, 1991, s/p). O voluntário decorrente do imperialismo estadunidense e o involuntário, decorrente do fim da União Soviética. um voluntário, dos imperialistas e outro involuntário, da União Soviética.

Naquele período, os governos municipais se subordinavam ao Conselho de Administração Municipal, que dirigia as entidades econômicas de produção e dos serviços locais visando satisfazer as necessidades sociais, de saúde, de educação, de esporte e de recreação da coletividade e foi criado o Conselho Popular como mecanismo para viabilizar a governabilidade territorial e local (SEGURA, 2013, p.145). Entretanto, a receptividade da teoria do DL em Cuba – proveniente da Europa – aconteceu em meio a uma forte polêmica acerca da viabilidade do desenvolvimento local em um país com as particularidades de Cuba (SEGURA, 2013). Sua efetivação se deu, entretanto, a partir do argumento que pensa o local como um espaço para a construção de uma nova política e que visa a conquista de um desenvolvimento contraposto ao individualismo e excludor do capital. “Una política alternativa que se abre paso en el propio seno de la sociedad capitalista, respaldando la conveniencia de la aplicación del ‘desarrollo local’ en los procesos de construcción de una sociedad superior a la capitalista” (ALFONSO, 2011, p. 29).

A partir de 1993, o governo cubano passou a efetivar ações embasadas nos postulados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 – (PCC, 1993) e a efetivar o desenvolvimento sustentável. Paulatinamente, ele intensificou o enfoque da agricultura sustentável como diretriz tecnológica fundamental da política agrícola em consonância com a Agenda 21 e em oposição aos ideários da Revolução Verde em vigor desde a implantação do governo revolucionário.



A esta mudança, Lamar; Roach (2018) chamam de “giro epistemológico” cujos princípios da agroecologia, da sustentabilidade, do enfoque holístico, da interdisciplinaridade com ênfase no desenvolvimento local sustentável passam a fundamentar os ensinamentos dos cursos universitários. Foi neste período que se implantou a descentralização do mercado agropecuário e o fomento do desenvolvimento endógeno e local; foi reorganizado o sistema de ciência e inovação tecnológica com o ideal de “mayor especialización, integración y aplicación de los logros en ciencia y tecnología (sobre todo biotecnológicos) y encarnó en el sistema de Polos Científico-Tecnológicos” (LAMAR; ROACH, 2018, p. 4) e o governo passou a adotar o Desenvolvimento Local Sustentável de Cuba (DLSC).

Embora o DL tenha iniciado ainda no “período especial em tempos de paz” (1989 – 1999), ele começou a ser viabilizado, efetivamente, a partir de 2001, através do Ministerio de Economía e Planificación, que vem desenvolvendo a Iniciativa Municipal de Desarrollo Local. Tal iniciativa, visa substituir importações e promover exportações, fundamentada na sustentabilidade econômica (DÍAS, 2014), e ganha força a partir do VI Congresso do Partido Comunista Cubano (2011). Tal proposta está fundamentada, sobretudo, na planificação como ferramenta fundamental para conduzir o desenvolvimento econômico do país.

Uma definição de DL cubano, pode ser explicitada através de Segura (2013), ao dizer que, quando se fala em DL em Cuba, fala-se de um modelo de gestão que se fundamenta na teoria do desenvolvimento endógeno que articula recursos próprios e externos ao território, “a partir de la capacidad de los actores locales y de dirigir esos procesos en función de las necesidades propias que, en el caso cubano, además, está en correspondencia con los objetivos y prioridades de desarrollo local” (SEGURA, 2013, p.142).

Sua práxis acontece nos territórios em nível provincial, municipal, microrregional e regional e tem como atores o setor empresarial, a sociedade civil, o governo local, as instituições e os cidadãos e visa promover o crescimento, modificar a estrutura econômica e gerar melhores condições de vida à população local. Além disso, a iniciativa deverá impulsionar maior acesso a educação, a saúde ao esporte e a cultura e, também, fazer com que os seres humanos possam participar na identificação dos problemas que mais os afetam e nas efetivas soluções (DÍAZ, 2014).

Os teóricos cubanos defensores do DL entendem o local como o espaço para uma nova construção política, concepção que viabiliza a conquista do desenvolvimento contraposto à natureza individualista e excludente do capital, uma política alternativa que proporciona a construção de uma sociedade superior a capitalista (ALFONSO, 2011).



Assim, o DL é entendido como mecanismo para a viabilização e consolidação do socialismo e, no seu processo de efetivação, a universidade, juntamente com o Ministério de Educação Superior e centros de investigações, vêm desempenhando importante papel, pois o DL demanda conhecimento, tecnologia e inovação, visando apresentar soluções criativas aos problemas sociais locais. Para atender tais demandas, foi criado, em 2006, o grupo 'Gestión Universitaria del Conocimiento y la Innovación para el Desarrollo' com a finalidade de fortalecer as capacidades de gestão do conhecimento e inovação orientados para o DL.

Uma significativa mudança que aconteceu nas universidades de Cuba no início do século XXI, especificamente a partir de 2002, e que em muito contribuiu para a efetivação do DL cubano, foi o "giro territorial" (JOVER et al 2015), cujo principal aspecto foi a criação das Sedes Universitárias Municipais (SUM) em 169 municípios, possibilitando a municipalização do ensino superior com 3.150 instituições de educação superior (REYES; MARTÍNEZ; RODRÍGUES, 2011).

Atualmente, as antigas SUM são chamadas de Conselhos Universitários Municipais (CUM) e atuam como aglutinadores de patrimônio humano e inovador do local; como agentes de conhecimento que ajudam a pensar o local; participam na elaboração de estratégias de desenvolvimento apoiados no conhecimento; participam na formação de recursos humanos; identificam arranjos produtivos locais e refletem sobre os conhecimentos e as tecnologias necessários para o desenvolvimento local; promovem nos atores locais uma visão integrada e holística do desenvolvimento local com a orientação do desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo (JOVER, 2017).

A partir de 2010, a Iniciativa Municipal de Desarrollo Local foi estendida para todo o país com o financiamento do Fondo de Fomento, administrado pelo Banco de Crédito y Comercio. Outra instituição estatal que contribui na realização do desenvolvimento local é o Centro de Desarrollo Local y Comunitario (CEDEL), vinculado ao Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente, que realiza o Programa de Desarrollo Local, desenvolvendo um trabalho de conscientização e assessoria com as autoridades municipais (DÍAZ, 2014).

Embora existam dificuldades na implantação do DL em Cuba, várias experiências podem ser apresentadas, tais como: no município de Yaguajay, província de Sancti Spíritus (VEGA a et al 2012); a experiência do desenvolvimento local sustentável de Las Terrazas PÉREZ, 2011); a experiência do município de Viñales, província de Pinar Del Río (VIÑAS, 2014); o projeto efetivado no município de Camjuaní MEDINA et al 2016).



Outros casos podem ser encontrados decorrentes de Estratégias de Desarrollo Municipal (EDM), aprovados pelas Asambleias Municipales del Poder Popular (AMPP), cuja implantação está relacionada com as características de cada território (PREMIER; APÁN, 2019) e são realizados com o apoio do PRODEL, cujo principal responsável pelo Programa é o CEDEL.

No que diz respeito a abordagem sobre o local na Constituição Cubana aprovada em 2019, há vários aspectos que podem ser destacados. Antes, porém, chama a atenção o que está escrito no seu preâmbulo pois, ali estão contidos elementos políticos e ideológicos que expressam as linhas gerais contidas na organização social cubana. Está dito que o povo de Cuba está guiado pelo pensamento revolucionário, anti-imperialista e marxista cubano, latino-americano e universal, em particular pelo ideário e exemplo de Martí e Fidel e as ideias de emancipação social de Marx, Engels e Lenin; apoiado no internacionalismo proletário; convencido de que Cuba não voltará jamais ao capitalismo e que só no socialismo e no comunismo o ser humano alcança sua plena dignidade (CUBA, 2019).

No Artigo 13, que trata sobre os fins essenciais do Estado, fica evidenciada a proposta de efetivar o desenvolvimento sustentável ao dizer que cabe ao Estado promover “un desarrollo sostenible que asegure la prosperidad individual y colectiva, y obtener mayores niveles de equidad y justicia social, así como preservar y multiplicar los logros alcanzados por la Revolución” (CUBA, 2019).

No Artigo 101, que trata sobre os órgãos de Estado, em sua alínea ‘d’ diz que “los órganos estatales de acuerdo con sus funciones y en el marco de su competencia desarrollan las iniciativas encaminadas al aprovechamiento de los recursos y posibilidades locales” (Ibidem). Já no Artigo 113, está dito que a Assembleia Nacional do Poder Popular adota as medidas que garantem a adequada vinculação dos deputados com seus eleitores e com os órgãos locais do Poder Popular no território em que foram eleitos. No Artigo 168, diz que o município é a sociedade local, “que constituye la unidad política-administrativa primaria y fundamental de la organización nacional; goza de autonomía y personalidad jurídica propias a todos los efectos legales, con el propósito de lograr la satisfacción de las necesidades locales (CUBA, 2019).

No capítulo III, a constituição aborda sobre os órgãos municipais do poder popular. O Artigo 185, diz que a Assembleia Municipal do Poder Popular é o organismo superior do poder



do Estado e está investida da mais alta autoridade em seu território. Já no Artigo 191, que trata sobre o que cabe à Assembleia Municipal efetivar, está dito em sua alínea 'b' que cabe “aprobar y controlar, en lo que le corresponda, el plan de la economía, el presupuesto y el plan de desarrollo integral del municipio” (CUBA, 2019).

Nos municípios estão os Conselhos populares que, segundo o Artigo 198 é um órgão do Poder Popular, de caráter representativo, “investido de la más alta autoridad para el desempeño de sus funciones y, sin constituir una instancia intermedia a los fines de la división político-administrativa, se organiza en ciudades, pueblos, barrios, poblados y zonas rurales” (CUBA, 2019). No Artigo 199, que trata sobre o Conselho Popular, tem-se que ele exerce o controle sobre as entidades de produção e serviços locais e trabalha para a satisfação das necessidades de saúde, assistenciais, educacionais, culturais, esportivas e recreativas, así como en las tareas de prevención y atención social, promoviendo la participación de la población y las iniciativas locales para su consecución (CUBA, 2019).

Uma importante especificidade do DL cubano o Fórum de Ciencia y Técnica (FCT). Sua ideia surgiu em dezembro de 1980, com Fidel Castro, diante do bloqueio estadunidense e da dificuldade de se obter peças de reposição. Efetivamente, o fórum surgiu em 1981 visando impulsionar a fabricação e recuperação de peças para diminuir a necessidade de importações. Essa atividade foi organizada com todos os ministérios e juntos, criaram a Comissão Nacional de Peças de Reposição, aglutinando trabalhadores experientes, tecnólogos e engenheiros de diferentes ramos da indústria.

O FCT, é um movimento que mobiliza a participação de pesquisadores, especialistas, técnicos e trabalhadores de diversos segmentos econômicos, na base da cooperação e da integração na busca de soluções para problemas de uma determinada empresa. Sua importância está não só na procura de novas soluções, mas na ampla disseminação de soluções comprovadas. Sua atuação reforça as ações do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SAÉNZ, 1996).

Sua organização começa a partir do Fórum de Base, que acontece no âmbito das empresas ou instituições em que participam pessoas com diferentes níveis de qualificação técnica e acadêmica, constituindo dois grupos: dos 'jovens criadores' (composto por pessoas de ambos os sexos e com até de 35 anos), que constitui as “Brigadas Técnicas Juveniles”, também denominados de Brigadistas e o grupo formado por criadores de ambos os sexos (com mais de 35 anos), que constituem os “comités de Innovadores y Racionalizadores”, também denominados de Aniristas.



Os dois grupos trabalham em colaboração com uma determinada instituição, que conta com um “banco de problemas”, construído por aqueles que atuam na instituição. Os aniristas, a partir do banco de problemas, elaboram um plano temático para obtenção das respectivas soluções, com a efetiva participação dos brigadistas. Os trabalhos passam por um processo de seleção e os selecionados são enviados ao Fórum municipal.

No Fórum municipal é desenvolvido um programa de atividades parecido com o que se realiza na base, com um evento técnico em que são escolhidos os trabalhos que serão enviados ao Fórum Provincial, que é realizado a cada dois anos. Anualmente, é elaborado um resumo das conquistas obtidas e dos problemas que continuam pendentes. Após o Fórum Provincial, acontece o Fórum Nacional (a cada dois anos), onde são recebidos os trabalhos selecionados nos Fóruns das províncias. Neste, acontece a socialização dos resultados das inovações e racionalizações, realizadas no país em seus distintos níveis.

No século XXI, o Fórum amadurece sua organização, atingindo maior diversidade, intensidade e sistematicidade, aproximando-se com o Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. Em 2018, aconteceram vários Fóruns de base como o da Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, com as seguintes prioridades de investigação: 1) Producción de alimentos , especialmente de alimento animal; 2) Energía, con prioridad a las renovables; 3) Medio ambiente y el impacto del cambio climático; 4) Informatización y automatización de la sociedad; 5) La situación demográfica; 6) El agua y los recursos naturales; 7) El desarrollo territorial urbano; 8) La industria satelital; 9) La sustitución de las importaciones de materias primas y piezas de repuesto en la producción de medios de enseñanza; 10) El incremento de la producción de software y videos educativos para la docencia y el extensionismo de resultados de I+D (VIGO, 2018, s/p).

Em 2020 aconteceram os Fóruns nacionais. Através dele, foram elaboradas soluções aos problemas de fábricas, escolas, hospitais e outras instituições das localidades, posteriormente implantadas em outras realidades que porventura tenham necessidades de tais soluções. O fórum pode ser entendido como uma estratégia de resistência à globalização e de construção de práticas alternativas em prol do Desenvolvimento Local Cubano.

Aspectos comuns nas propostas do Desenvolvimento Local

No Brasil e em Cuba o território, com suas várias definições, é levado em consideração no debate sobre o DL. Como representante das definições existentes no Brasil, destacamos a apresentada por Santos (2007) que entende o território como a própria



contradição em si pois, ele é, também, o espaço de ação e de poder onde acontece os conflitos de classes e as estratégias de dominação são mais nítidas; é o lugar onde a história do ser humano plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. É, também, “o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 114); ele é, enfim, o espaço em que o ser humano se faz e se refaz a cada dia, a cada instante, em suas relações sociais, materiais e espirituais, seja entre si, seja com a natureza.

Em Cuba, por sua vez, o DL, resgata a dimensão do território nos processos de desenvolvimento pois, através dele, segundo Segura; Lopes (2011) pode-se construir um processo que propõe a “concertación y las alianzas de actores, en busca del mejoramiento de las condiciones de vida de la sociedad en esos ámbitos. Su formulación requiere tender fundamentalmente el conjunto de relaciones sociales, políticas, económicas institucionales, culturales y ambientales que actúan en el contexto territorial” (SEGURA; LOPES, 2011, p.12). Assim, o território é entendido como um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, no qual se combinam os elementos ambientais e humanos; ele é o local onde se vive a heterogeneidade e a complexidade do mundo real e têm-se as características ambientais, os atores sociais e as mobilizações em torno de estratégias e projetos, mas, sem a presença da luta de classes. É em um determinado território, seja um bairro, uma microrregião ou uma cidade, onde acontece o conjunto de interrelações em que se efetiva o DL.

Outro aspecto comum nas propostas de DL brasileiro e cubano, reside em dificuldades de efetivá-lo, tendo em vista a falta de fortalecimento dos governos locais, pois “somente um governo local forte pode garantir que as necessidades, os hábitos, as formas urbanas, as prioridades sociais e as condições ambientais da área se reflitam nos planos locais de desenvolvimento urbano” (BRUNDTLAND, 1991, p. 276).

Entretanto, os governos locais – exceto algumas ilhas no grande oceano do capitalismo – não têm recebido os créditos necessários, as especializações, as autoridades necessárias para lidarem com os desafios locais. Para que os governos locais possam se tornar agentes-chaves do desenvolvimento local, eles necessitam “de maior capacidade política, financeira e institucional, e, sobretudo, de acesso a uma parcela maior da riqueza gerada na cidade” (Idem, p.277), e isso ainda não se efetivou na grande maioria dos municípios brasileiros.

Em Cuba, a margem de autonomia para o desenvolvimento local é pequena e, segundo Guevara (2018, p. 24), “los municipios no disponen de una masa crítica de recursos



para enfrentar las necesidades del territorio”. Além disso, é fraco o exercício da autoridade do governo local sobre instituições de subordinação nacional localizadas no território. Para a autora, “el alto nivel de centralización de los recursos financieros impide que los ingresos generados por las empresas ubicadas en un espacio local se reviertan en su desarrollo con la misma intensidad en que estos espacios necesitan recursos para generarlo” (GUEVARA, 2018, p, 24)

Outro aspecto que a autora chama a atenção, diz respeito a não articulação de forma adequada entre as condições locais e os objetivos nacionais, marcados por organismos globais ou por empresas nacionais radicadas no município que deixam pouco espaço para a ação local. Além disso, algumas planificações de municípios carecem de uma visão integradora do desenvolvimento local, sem considerar aspectos importantes como a abordagem de gênero, a cultura espiritual local e a participação cidadã (GUEVARA, 2018), aspectos estes, várias vezes esquecidos na prática do desenvolvimento local brasileiro.

Conclusão

O primeiro aspecto que se destaca nesta conclusão diz respeito ao que pode ser comparado: pode ser comparado tudo o que não é exatamente igual e que não exatamente diferente. Assim, o método comparativo pode ser usado nos processos de desenvolvimento seja ele local, regional ou nacional. Aqui, foi mostrada a possibilidade de se comparar os DLs brasileiro e cubano permitindo perceber aspectos específicos e comuns, diferenças e semelhanças conforme ilustra o quadro abaixo

Quadro 1 – elementos comparativos do DL brasileiro e cubano

| | Desenvolvimento local Brasil | Desenvolvimento Local Cuba |
|---------------------|---|---|
| História | Início década de 1980. 3 períodos: antecedentes, grande encruzilhada e despertar tardio. | Início década de 1990 devido aos bloqueios e incrementado a partir dos anos 2000. Duas mudanças foram fundamentais: o “giro territorial” e o “giro epistemológico”. |
| Atores/instituições | Governos locais; Arranjos produtivos locais; <i>Clusters</i> industriais; igrejas; cooperativas; sindicatos; movimentos sociais; associação comercial e industrial; pequenas e médias empresas; ONGs; | Ministerio de Economía y Planificación; Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente; Ministerio de Educación Superior; Universidad; Centro de Desarrollo local y Comunitario; Centros de Investigación; Sociedade Civil; Setores empresariais; Governos Locais; Partido Comunista Cubano; |



| | | |
|---------------------------------|---|---|
| Onde acontece | Comunidades; bairros; cidades; regiões | Províncias; municípios; microrregião; região |
| Objetivos | Reprodução/adequação à lógica capitalista; resistências ou ação contra hegemônica; criação de empregos; aumento da renda; solução de problemas básicos | Gerar melhores condições de vida; construção de uma sociedade superior ao capitalismo; consolidação do socialismo |
| Constituição | Nada sobre desenvolvimento Local, demonstrando que não é política de Estado | Vários artigos tratam sobre o local, caracterizando como uma política de Estado |
| Exemplos de práticas realizadas | Polo moveleiro Votuporanga; Setor moveleiro da serra gaúcha; Incubadora tecnológica do Vale dos Sinos; Mini distritos industriais de São João do Rio Preto. | municípios de Yaguajay (provincia de Sancti Spiritus). Las Terrazas, municipio de Viñales (provincia de Pinar Del Río), no municipio de Camjuaní, |
| Aspectos específicos | Tecnologia social e Economia Solidária | Fórum de Ciência e Técnica |
| Aspectos comuns | Uso do conceito de território; dificuldade de fortalecer o governo local; visa o desenvolvimento sustentável | Uso do conceito de território; dificuldade de fortalecer o governo local; visa o desenvolvimento sustentável |

Fonte: elaboração do autor

A partir das informações encontradas na Constituição do Brasil, vimos que quase nada aborda sobre o desenvolvimento local. Já na constituição cubana, percebe-se uma política voltada para o desenvolvimento local mencionando, inclusive, sobre a Assembleia Nacional do Poder Popular e sobre o Conselho Popular, sendo que este exerce o controle sobre as entidades de produção e serviços de incidência local.

Vimos que nas duas realidades é comum a noção de território. Entretanto, na realidade cubana não se tem a presença da luta de classes. Vimos, também, que no Brasil identifica-se perspectivas críticas na definição de DL, onde diz que a maioria das definições de DL estão mais para adaptação dos dominados do que alternativa à dominação, mas, que pode ser entendido como tendência contrária aos processos dominantes.

Tanto no DL brasileiro, como cubano, várias são as instituições que participam do processo. No Brasil, entretanto, é possível identificar maior participação do setor privado e de suas formas organizativas. Nas duas realidades é possível encontrar experiências de DL em comunidades, como nos bairros, municípios, microrregiões e regiões. Em Cuba, porém, ao se efetivar o DL se está objetivando um modelo de gestão visando a construção de uma sociedade socialista.

Nas propostas do DL brasileiro é possível identificar aproximações com as práxis da ES, da TS e da sustentabilidade (este último, também presente em Cuba). Em Cuba, por sua



vez, identifica-se, além dos fundamentos da economia social a efetiva atuação do Fórum de Ciencia y Técnica, que reforça as ações do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Existe também a ampla contribuição das universidades cubanas.

Assim, concluímos, a partir desta aproximação entre DL brasileiro e Cubano, que existem aspectos comuns e aspectos específicos nas distintas realidades. Entretanto, conclui-se, também, que tanto o processo brasileiro como o cubano têm muito a contribuir um com o outro.

Bibliografia

- ALFONSO, Julia Matilde Campos. Cuba frente al desarrollo local: consideraciones teórico-metodológicas y reflexiones para su aplicación. Revista Economía e Desarrollo. La Habana, v.146, n. 1 – 2, jan./dez. 2011.
- ALVES, Tanize T.; SAHR, Cicilian Luiza L. O método comparativo em estudos regionais. Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 6, n.2, 2014
- BENALCÁZAR, Jaime Patricio Carpio. Los nuevos paradigmas e desarrollo em América Latina: El Sumak Kawsay en Ecuador. 2015. 328 f. Tese (Doutorado) – Programa de doutorado América Latina En El Sistema Mundial, Universidad de Alicante, Alicante, 2015. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/55753/1/tesis_carpio_benalcazar.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.
- BRANDÃO, Paulo Baqueiro, Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. GeoTextos, vol. 8, n.1 julho 2012
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem et. al. Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Desenvolvimento Local. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (orgs). Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos. Porto Alegre: Conceitos, 2017
- CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en la clausura del VI Foro Nacional de Piezas de Repuesto, Equipos y Tecnologías de Avanzada, efectuada en el palacio de las convenciones, el 16 de diciembre de 1991. 1991. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1991/esp/f161291e.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CUBA. Constitución de la República de Cuba, 2019. Disponível em: www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf. Acesso em: 11 mai. 2019



- DAGNINO, Renato. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014
- DÍAZ, Santovenia et al. Forum de ciencia y técnica: las bibliotecas al servicio de la innovación científica y tecnológica en Cuba. La Habana: Acimed, 2005. Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_3_05/aci11305.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.
- DÍAZ, Elena Blanco. Obstáculos s vencer en el desarrollo local. Estudio de caso: municipio Guanabacoa. Economía y desarrollo. Revista de la facultad de economía de Universidad de La Habana. Año XLV. Vol. 151. Nº 1, enero-junio, 2014.
- GONZÁLEZ, Ana Lamas; SUÁREZ, Gladys López. Antecedentes históricos de la revolución socialista de Cuba. La Habana: Ministerio de Educación Superior/ENPES, 1987.
- GONZALES, Rodrigo S. O método comparativo e a ciência política. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Vol. 2. n. 1, Brasília: UNB, jan.-jun., 2008.
- GUEVARA, Maria de los Ángeles Arias. Cuba. El desarrollo local como reivención. Obstáculos y desafíos en el actual escenario. Revista NUPEM, Campo Mourão, vol. 10, n. 21, p. 17 – 33, set./dez. 2018
- JOVER, Jorge Nuñes. Entrevista realizada em La Habana, 2017. In: SANTOS, Nelson Afonso Garcia. **Tecnologia social e economia solidária contra o desenvolvimento capitalista brasileiro**: lições do desenvolvimento local sustentável cubano. 2019. 228 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019
- JOVER, Jorge Nuñes; ARRIETE, Luis Félix Montalvo. La política de ciencia, tecnología e innovación en Cuba y el papel de las universidades. Revista Cubana de Educación Superior. La Habana, v. 34, n.1, p. 29 – 43, abr. 2015.
- LAMAR, Adolfo Ramos; ROACH, Eduardo Francisco. El giro epistemológico en la universidad agraria de La Habana (UNAH), Cuba. Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, v.4, n.2, maio/ago. 2018.
- LIMA, Marcia Tait; DAGNINO, Renato. Economia solidária e tecnologia Social: utopias concretas e divergentes. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria Otra Economía. São Leopoldo, v.7, n.12, p. 3 – 13, jan/jun. 2013.
- MARTINS, Rafael D’Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Revista Interações. Campo Grande, v.10, n.2, p. 207 - 218, jul./dez. 2009.
- MARTINS, Rafael D’Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima; VAZ, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 559 – 590, maio/jun. 2010.



MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, v.3, n.5, p.51 – 59, set. 2002.

MEDINA, Carlos Alberto Hernández *et al.* Colaboración y alianzas del Centro Universitario Municipal (CUM) a la Red Local de Conocimiento e Innivación: estudio de caso de Camajuaní, Cuba. In: JOVER, Jorge Nuñez; QUIÑONES, Ariamnis Alcazar (Coord.). Universidad y desarrollo local: contribuciones Latinoamérica. México: UDUAL; Habana: Editorial Universitaria Félix Varela/ Ministerio de Educación Superior, 2016.

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Ana Paula Moreira da. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. Revista Brasileira de Agroecologia, v.8, n.2, p. 14-27. 2013.

PCC. VI Congreso del Partido Comunista de Cuba: información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución. La Habana, 2011.

PÉREZ, Jorge Freddy Ramírez. Desarrollo local sostenible: su aplicación a partir del manejo turístico de un área natural. Las Terrazas (Cuba). Madrid: ENTINEMA/CIDH-CRUMA, 2011.

PREMIER, Maily E. Castro; APÁN, Ana Hernández. Los proyectos municipales como protagonistas de la implementación de las estrategias de desarrollo municipal. La Habana: Editorial Cubasolar/CEDEL, 2019.

REYES, Rafael Miguel; MARTÍNEZ, Yariel; RODRÍGUEZ, Silvia C. La universidad cubana, gestión de conocimiento, tecnología y sociedad. Su modelo educativo en la experiencia de Yaguajay. Revista Economía y Desarrollo. La Habana, v. 146, n.1 – 2, p. 130 – 142, 2011.

SAENZ, Tirso W. Ciencia e innovación tecnológica en Cuba: situación actual y perspectivas. Campinas: UNICAMP, 1996.

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001021328&opt=4>

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adiléia de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). Território, globalização e fragmentação. 4 ed.; São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann (org). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SARTORI, Giovanni. La comparación en las ciencias sociales. México: Alianza editorial,, 1994.

SEGURA, Carmem Magaly León; LÓPES, Odalys Peñate. Territorio y desarrollo local. Revista Economía y desarrollo. La Habana, v. 146, n.1 – 2, p. 5 – 18, 2011.

SEGURA, Carmen Magaly León. El municipio y los procesos de desarrollo local en Cuba. Revista Economía y Desarrollo. La Habana, v. 150, n. 2, jul-dec. 2013.



SILVA, Cristhian Teófilo da; BARROS, Flavia Lessa de. Estudos Comparados sobre as Américas – resenhas. Brasília: UNB, 2011

VÁZQUES-BARQUERO, Antonio. Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual. Santiago: CEPAL, 2000.

VEGA, C. Sinaí Boffill; et al. ¿Cómo evaluar el desarrollo local en Cuba? Caso Yaguajay. Revista Congreso Universidad. La Habana, v.1, n.1, p.1 – 11. 2012.

VIGO, Liset Hernandez. Convocatoria al Fórum de Ciencia y Técnica 2018. Disponível em: <https://www.uclv.edu.cu/convocatoria-al-forum-ciencia-tecnica-2018/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

VIÑAS, Lisset Cándano. La formación de cadenas productivas en función del turismo como eje del desarrollo local. Estudio de caso: municipio de Viñales. Tesis en opción al título de licenciado en economía. Pinar Del Rio: Universidade de Pinar Del Rio “Hermandos Saíz Mentos de Oca”, 2014.